



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## **A LUTA CAMPONESA PELA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO E OS IMPACTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU/PR**

*THE PEASANTRY STRUGGLE FOR THE CELSO FURTADO RURAL SETTLEMENT FORMATION  
AND THE IMPACTS OF LAND REFORM IN QUEDAS DO IGUAÇU/PR*

(Recebido em 01-07-2020; Aceito em 21-09-2020)

**Fábio Luiz Zeneratti**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina  
Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul - Laranjeiras do Sul, Brasil  
fabio.zeneratti@uffs.edu.br

**Cleverson Lara de Lima**

Graduado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas pela Universidade  
Federal da Fronteira Sul - Laranjeiras do Sul, Brasil  
cleversonlimaa@hotmail.com

**Geverson Cosme Valcarenghi**

Graduado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas pela Universidade  
Federal da Fronteira Sul - Laranjeiras do Sul, Brasil  
geversonconer@gmail.com

### **Resumo**

O propósito deste artigo é demonstrar o resultado de uma pesquisa realizada no Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná. O objetivo é compreender o processo de luta pela terra na escala local, para isso, foi analisada a formação do acampamento, a conquista do assentamento e os impactos da reforma agrária na estrutura socioeconômica do município. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica, o trabalho de campo e a utilização de dados quantitativos obtidos em diversos bancos de dados. Nesses termos, foi possível identificar que a territorialização de uma fração importante do campesinato tem na luta pela terra a sua principal estratégia, e que as dificuldades por eles vivenciadas no acampamento são paulatinamente superadas quando da conquista da terra. Ademais, a partir de alguns indicadores escolhidos, foi possível identificar que a formação de assentamentos rurais se apresenta como potencializador do desenvolvimento socioeconômico nos municípios onde estão localizados.

**Palavras-chave:** Territorialização camponesa; Reforma agrária; Assentamento.

### **Abstract**

*This article aims to demonstrate the result of a research held at Celso Furtado Rural Settlement, located in Quedas do Iguaçu, state of Paraná, Brazil. Its main objective is to understand the struggle for the land on a local scale. For this purpose, the researchers executed an analysis of the rural settlement formation, the first conquest of the area, and the impacts of land reform on the socio-economic structure of the city. This article's methodology consists of theoretical research, fieldwork, and quantitative data obtained in several databases. In these terms, it was possible to identify that the territorialization of an important part of the peasantry has the struggle for the land as its main strategy, and their obstacles are gradually surpassed when the land is conquered. Besides, some indicators allowed the identification of rural settlement formations as catalysts for the socio-economic development in the municipalities where they are located.*

**Keywords:** *Peasantry territorialization; Land reform; Rural settlement.*

### **Introdução**

A luta pela terra no Brasil deriva de uma apropriação territorial desigual, na qual, historicamente, prevaleceram os interesses da elite rural, com vistas à acumulação capitalista. Vários são os marcos históricos e legislativos que, se não impuseram bloqueios diretos, certamente não promoveram o acesso à terra por parte dos camponeses. Alguns deles são dignos de nota, como a Sesmarias, a Lei de Terras e o Estatuto da Terra.

No primeiro caso, referente às Sesmarias, extintas em 1822, Silva (2008) afirma que Portugal, valendo-se das possibilidades do comércio internacional, aproveitou para inserir o Brasil no mercado mundial como produtor de mercadorias, tendo como base o trabalho escravo, a monocultura e o latifúndio. Nesse processo, os camponeses não foram contemplados pelo acesso à terra em condições minimamente seguras à reprodução da unidade familiar, restando a posse ilegal das terras como uma das alternativas de recriação.

A Lei de Terras de 1850, por sua vez, confirmou o bloqueio à terra aos trabalhadores, pois, ao instituir a compra como forma exclusiva de obtê-la, impôs compulsoriamente aos trabalhadores o destino de converter-se em força de trabalho nas fazendas, como bem destacou Martins (1994). Ao mesmo tempo, a lei possibilitou a ampliação do patrimônio fundiário daqueles abastados monetária e socialmente, pois o bloqueio representado pela compra da terra, para estes, não se converte em obstáculo de difícil superação.

No que se refere ao Estatuto da Terra de 1964, embora demonstrasse a possibilidade de reforma agrária, isto é, terra para os que dela vivem e nela trabalham, nasceu com a intenção explícita de não ser implementado, como afirmou Oliveira (1988). A reforma agrária no estatuto, promulgado durante a ditadura militar, tinha como estratégia acalmar as lutas no campo que, após 1950, se avolumavam no país, mas não objetivava reformar a estrutura fundiária nacional.

Frente a esse processo desigual e ao modelo agropecuário que o país adotara, sobretudo a partir de 1950, quando relegou-se à agricultura o lugar de fornecedora de divisas para a industrialização (PRADO JÚNIOR, 2004) e, ao mesmo tempo, de destino para a produção industrial de máquinas e insumos (PAULINO, 2006), os camponeses intensificaram as lutas no campo.

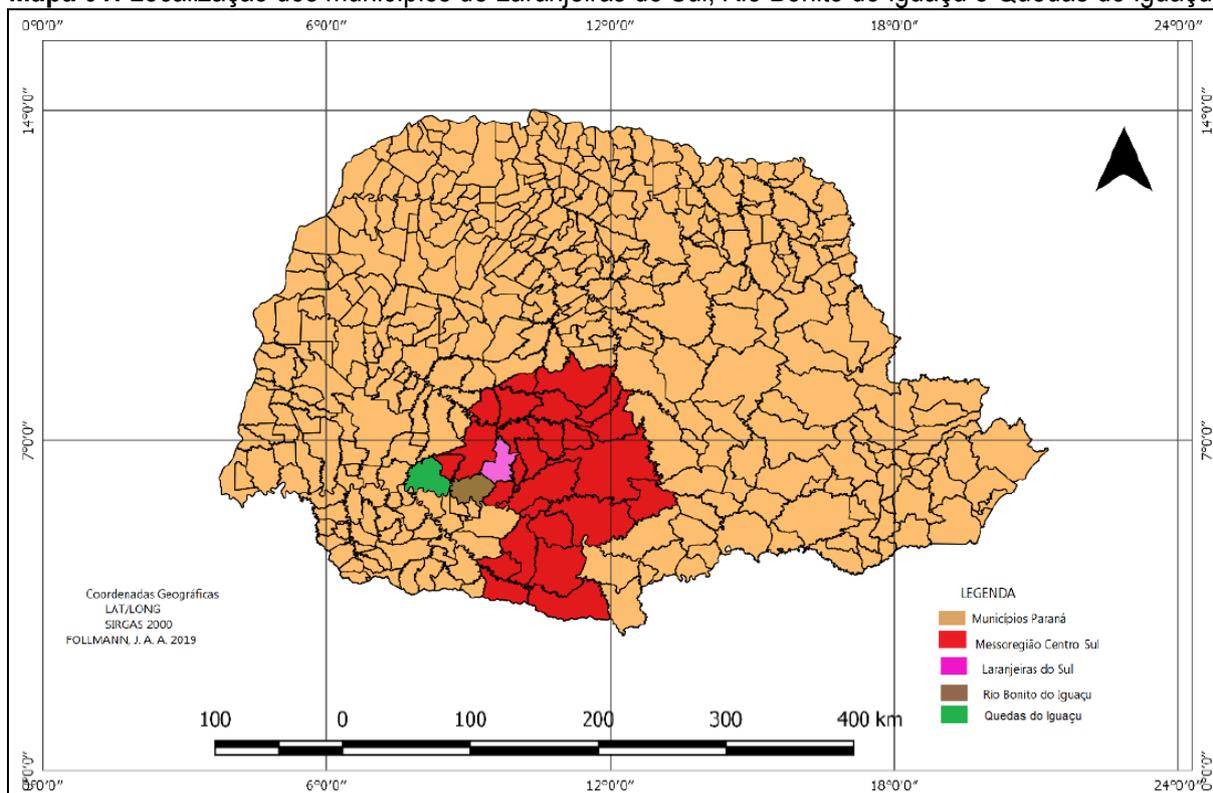
A partir da década de 1980, uma fração significativa dos camponeses passam a resistir e lutar pela terra organizados em movimentos sociais. Entre eles está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido em 1984, no estado do Paraná, ao qual está vinculado o assentamento foco da pesquisa que é o cerne deste artigo.

A busca desses camponeses é pela terra de trabalho em detrimento da terra de negócio, distinção bem evidenciada por Martins (1983). Na primeira, a centralidade é a reprodução da vida, enquanto na segunda, a prerrogativa basilar é a extração da renda capitalista da terra. Nesse processo, retiram da invisibilidade a estrutura fundiária brasileira extremamente concentrada, na qual os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, que são apenas 1,03% do total dos estabelecimentos, ocupam uma área de 47,60% das terras, ao passo que os estabelecimentos com menos de 10 hectares são 50,91% do total, mas correspondem a apenas 2,28% da área total dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

Ao evidenciarem esse monopólio de classe sobre a terra, os camponeses passam, por meio da luta, a conquistar importantes frações territoriais. No Paraná, já foram criados 329 assentamentos rurais, com um total de 18.772 famílias assentadas (INCRA, 2017). A pesquisa apresentada neste artigo, portanto, visa a compreender um desses assentamentos. Trata-se do Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu, mesorregião Centro-Sul do estado.

O recorte espacial da pesquisa deve-se ao contexto de lutas e enfrentamentos ocorridos na mesorregião, com destaque para os municípios de Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, onde as lutas já ultrapassam duas décadas (Mapa 01).

**Mapa 01:** Localização dos municípios de Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu.



Fonte: Follmann e Roos (2020, p. 218). Adaptado pelos autores.

O objetivo da pesquisa é compreender as conquistas e os limites impostos às famílias camponesas que lutam pela terra, destacando dois processos: a espacialização da luta pela terra e a territorialização dos camponeses (FERNANDES, 1996). Para isso, buscou-se compreender as experiências vividas pelos camponeses durante o acampamento (espacialização da luta pela terra) e, posteriormente, no assentamento (territorialização dos camponeses). São fases distintas, mas que, invariavelmente, compõem o mesmo processo de luta pela terra.

Além disso, a pesquisa busca analisar os impactos locais da reforma agrária, trata-se de compreender os impactos socioeconômicos da criação do Assentamento Celso Furtado em 2004, no município de Quedas do Iguaçu (PR). Afinal, como destacaram Santos e Krajevski (2018, p. 39) ao estudarem o município de Rio Bonito do Iguaçu, próximo a Quedas do Iguaçu (Mapa 01), a implantação de assentamentos de reforma agrária permite alterações para além da dimensão da vida imediata dos camponeses, visto que pode modificar as suas estruturas fundiária e produtiva e, por extensão, modifica a realidade socioeconômica dos municípios.

Para isso, como parte da metodologia do trabalho, foram selecionados alguns indicadores que pudessem expressar tais impactos, entre eles: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a estrutura fundiária, a demografia e a renda. Desse modo, a metodologia utilizada na pesquisa tem nos bancos

de dados oficiais um importante instrumento para análise, o qual foi consultado constantemente. A pesquisa teórica, com o fim de ampliar a compreensão sobre o tema e subsidiar a interpretação das informações, também foi utilizada, assim como a pesquisa de campo.

Nesses termos, considerando o exposto por Gil (2008, p. 27), este trabalho apresenta uma pesquisa de caráter exploratório, buscando desenvolver, esclarecer e modificar ideias, valendo-se do estudo de caso como procedimento de aproximação ao objeto analisado.

O instrumento de coleta de dados em campo consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas, por meio das quais foram entrevistadas 10 famílias no total, durante o segundo semestre de 2019. O critério de inclusão aplicado na escolha dos entrevistados teve como parâmetro as famílias que participaram do acampamento e que, atualmente, estão no assentamento. Para manter o anonimato dos entrevistados, bem como evitar a exposição dos sujeitos, seus nomes foram substituídos por números quando da transcrição de suas falas neste artigo.

Esses procedimentos teórico-metodológicos possibilitaram compreender os avanços vivenciados pelos camponeses entrevistados, considerando-se as diferenças e similaridades entre dois momentos distintos da luta pela terra: o acampamento e o assentamento. Do mesmo modo, permitiram identificar alterações significativas na estrutura socioeconômica municipal, tendo como base os indicadores analisados.

### **O Assentamento Celso Furtado: espacialização da luta e territorialização camponesa**

Os movimentos socioterritoriais<sup>1</sup> criam espaços de organização que possibilitam a territorialização dos camponeses envolvidos. Fernandes (1996, p. 225) entende esses espaços como “espaços de socialização política”.

A primeira dimensão do espaço de socialização política é dedicada ao conhecer e ao aprender, é o espaço para debater as ideias e construir uma perspectiva de ação política. Trata-se do espaço comunicativo. Outra dimensão é o espaço interativo, o qual é mais avançado porque, nesse caso, os sujeitos já possuem conhecimento sobre a realidade e as possibilidades de ação. Por fim, há o espaço de luta e resistência, que é a manifestação pública dos sujeitos envolvidos no movimento e de seus objetivos, e expressa-se nas ocupações de terra, por exemplo (FERNANDES, 1996).

---

<sup>1</sup> Para Fernandes (2005), os movimentos sociais que lutam pela terra devem ser analisados a partir de uma perspectiva geográfica. Portanto, ao buscar a transposição do uso de conceitos importados de outras ciências, propõe a utilização do conceito de movimento socioterritorial, no qual o território é substancial para a análise, uma vez que os camponeses lutam por frações do território capitalista.

A espacialização da luta pela terra é fruto da consolidação e articulação de cada dimensão do espaço de socialização política e está vinculada ao trabalho de formação e organização do movimento, que possibilita a compreensão da realidade social pelos camponeses envolvidos.

E assim a espacialização é compreendida como a reprodução das experiências, que foram construídas com base nas dimensões do espaço de socialização política, em vários e diferentes lugares onde a luta começou a se realizar. A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território (FERNANDES, 1996, p. 236).

A espacialização é importante para a territorialização dos camponeses, pois constitui-se na manifestação de suas experiências. O acampamento, parte fundamental da ocupação, é expressão material da luta pela terra, é uma fase anterior ao assentamento. No acampamento ocorre a espacialização da luta, já no assentamento ocorre a territorialização dos camponeses. Para Fernandes (1996, p. 241), “o assentamento é o território conquistado, é portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização”.

No caso em análise, a territorialização dos camponeses passou por momentos decisivos e que colocaram à prova a disposição de lutar, tendo em vista que decidir lutar não é tarefa fácil. Segundo Fernandes (2000), lutar pela terra significa mudar a própria vida. O primeiro momento, então, foi a constituição do acampamento, condição que, nesse caso, proporcionou uma segunda etapa: a formação do Assentamento Celso Furtado.

É importante destacar que o Assentamento Celso Furtado nasce do acampamento organizado no dia 5 de janeiro de 1999, às margens da rodovia BR-158, no município de Laranjeiras do Sul (PR).

Iniciamos o acampamento com 5 famílias no dia 5 de janeiro de 1999, às margens da BR, onde hoje dá acesso à Universidade Federal Fronteira Sul. O primeiro barraco foi o meu e do meu irmão, a gente tinha uma expectativa: ficávamos acampados ou íamos para colheita de maçã no Rio Grande do Sul. Foi então, neste momento, que decidimos se acampar, onde permanecemos do dia 5 de janeiro ao dia 10 de maio, quando viemos para Quedas do Iguaçu na ocupação de parte da área ocupada pela madeireira Araupel. Devido ao dia da ocupação ser exatamente no dia das mães, a comunidade leva o nome 10 de maio, inclusive. Neste processo de ocupação estávamos aproximadamente em 900 famílias, começamos com 5 e já estávamos em 900 famílias (Entrevistado 02).

Diante da desigual distribuição fundiária brasileira (OLIVEIRA, 2007), da qual decorre a destinação de terras para o latifúndio, enquanto para os camponeses os bloqueios ao acesso à terra já são históricos, o acampamento é sempre uma perspectiva de conquista da terra. Ademais, como destaca Fernandes (2000, p. 62), “a organização de uma ocupação decorre da necessidade de

sobrevivência”, decorre da busca pela superação das privações impostas pelo modo de produção capitalista.

No caso em questão, as famílias acampadas às margens da BR-158 faziam parte do MST. Em comum, todas nutriam o sonho de conquistar seu lote e, a partir dele, garantir sua sobrevivência, ou seja, é a luta pela recriação contraditória do campesinato no capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

A pesquisa evidenciou que, para a dinâmica do acampamento funcionar na medida das aspirações dos camponeses, as famílias foram divididas em setores a fim de cumprirem algumas tarefas. Foram formados os setores de educação, alimentação, infraestrutura e produção, saúde, disciplina e ronda, finanças e esporte e lazer. As famílias que compunham os setores ficavam responsáveis por participar das reuniões e passar os informes às demais famílias do grupo.

O setor de finanças, um dos mais importantes do acampamento, era o responsável por arrecadar uma pequena taxa dos acampados, para despesas coletivas. O setor de disciplina e ronda, por sua vez, tinha a tarefa de manter a ordem no acampamento, observando o cumprimento de algumas regras, tais como: era proibida a entrada de bebidas alcoólicas e drogas; entre as 23 horas e as 6 horas eram proibidas atividades que perturbassem o descanso; e agressões físicas não eram toleradas. Enfim, essas são somente algumas, mas o fato é que quem infringisse as regras poderia ser expulso do acampamento. O setor de alimentação era responsável por dividir os alimentos doados ao acampamento entre as famílias acampadas. Já o setor de infraestrutura e produção cuidava das atividades coletivas, como a produção de alimentos em hortas. O setor de educação se preocupava com o ensino escolar das crianças e a formação dos camponeses. O setor de saúde, como o próprio nome indica, ficava com a atenção à saúde dos acampados. Por fim, o setor de esporte e lazer buscava fomentar atividades esportivas e culturais entre os camponeses – as partidas de futebol eram recurso utilizado com frequência.

Esse modelo de organicidade é tradicional do MST e está presente em todos os acampamentos do movimento. De acordo com Fernandes (2000), essa organização é fruto da experiência de luta dos camponeses:

No conhecimento das experiências aprenderam que devem construir as condições necessárias para conquistar a terra, participando da formação do Movimento compreendido pela criação de comissões, núcleos, setores, coordenações. São partes da forma de organização em movimento. Cada uma composta por grupos de pessoas responsáveis pelas diversas necessidades das famílias. A começar pela alimentação e na preocupação de ter escola para as crianças, para os jovens e os adultos. Criam comissões de negociação para acompanhar o andamento do problema junto às instituições e informar a sociedade sobre seus atos; núcleos e coordenações para manter o acampamento informado e organizado; setores de educação e saúde entre outros. No MST, esses trabalhos são realizados por diversos setores, tendo o setor de Frente de Massa como o responsável pelo trabalho de base e desenvolvimento das ações (FERNANDES, 2000, p. 65).

A ocupação da fração territorial, onde está o Assentamento Celso Furtado atualmente, resultou de duas ações, ambas em terras controladas pela madeireira Araupel, que formavam, originalmente, uma área de aproximadamente 87 mil hectares na mesorregião Centro-Sul paranaense (ROOS, 2015, p. 161). A primeira ação foi a ocupação da área conhecida como Bacia. A segunda, quatro anos mais tarde, foi a ocupação da área do Silo.

A ocupação da Bacia aconteceu na madrugada do dia 10 de maio de 1999. Os camponeses integrantes do MST saíram de Laranjeiras do Sul, do acampamento localizado às margens da rodovia BR-158, por volta das 5 horas da manhã, rumo à área da Bacia, no município de Quedas do Iguaçu. Segundo os entrevistados, predominava entre eles o sentimento de medo de um possível confronto tanto com seguranças da Araupel quanto com a polícia, contudo a ocupação ocorreu de forma pacífica.

Segundo um dos entrevistados, inicialmente a população de Quedas do Iguaçu não se posicionou, pois ainda não tinham informação da atuação do movimento. Entretanto, a situação mudou rapidamente, em especial pela atuação da mídia local e da Associação Comercial e Empresarial de Quedas do Iguaçu (ACIQI), que passaram a fazer campanha contra o movimento e a ocupação. No ano seguinte, em 2000, após as eleições municipais, a prefeitura também passou a fazer campanha contra o movimento. Com isso, a prefeitura municipal e a ACIQI lideraram as campanhas contra as ocupações no latifúndio da madeireira Araupel (Entrevistado 03).

No ano de 2002, também às margens da BR-158, outro acampamento foi criado com a intenção de ocupar mais uma área do latifúndio da Araupel. Dessa vez, a intenção era ocupar a área do Silo, localizada próximo à Bacia.

A cada reunião que fazíamos, aumentava a esperança e crescia a expectativa, mas também tínhamos preocupações de como dar segurança e proteger as famílias. Sabendo das histórias de barbárie que os jagunços da Giacomet [nome antigo da Araupel] faziam, matavam e torturavam quem nestas terras entravam, mas nós não desanimávamos, queríamos que o dia da ocupação do Silo chegasse logo, a direção avisava nas assembleias que quando fosse tocado um sino era o grande dia. Dirigentes do MST tocaram este sino algumas vezes para nos testar, ver se de fato estávamos preparados, quando isso acontecia o coração acelerava e a adrenalina subia (Entrevistado 03).

No dia 12 de julho de 2003, tocou o sino de chamamento às famílias acampadas. Os dirigentes locais do MST convocaram os camponeses e proferiam o seguinte grito de ordem: “ocupamos ou não ocupamos?”. O povo, então, respondia: “ocupamos”, “pátria livre”, “venceremos” (Entrevistado 03).

Segundo os entrevistados, era uma noite fria de inverno, e o povo rapidamente levantou acampamento e embarcou em caminhões, ônibus, carros e motos. Saíram cantando o hino do MST em direção a Quedas do Iguaçu, para ocupar o setor Silo. O Entrevistado 03 relata que “foram horas de

emoção misturada com insegurança e medo, às vezes alguém puxava um grito de ordem para manter o povo em alerta”.

Na frente da comitiva, seguiram quatro caminhões com homens, eles faziam parte do setor de disciplina do acampamento, estavam à frente para tentar manter a segurança dos demais. De acordo com os entrevistados, a maior preocupação era com as crianças que, às vezes, choravam. Algumas pessoas rezavam, pois o medo era inevitável, em especial porque precisavam atravessar a mata de *pinus* que fechava ambos os lados da estrada.

Com a ocupação de mais uma fração do latifúndio Araupel, o então prefeito de Quedas do Iguaçu manifestou-se contra mais essa ocupação e, pressionado por integrantes da Araupel, foi à rádio local para convocar os empresários, a população do município e a polícia militar para expulsarem os acampados. Organizaram um grupo de pessoas e foram rumo ao acampamento com a intenção de expulsar os acampados do Silo. Porém não houve confronto, uma vez que dirigentes do acampamento e a polícia dialogaram e o MST pediu para que a população quedas-iguaçuense não avançasse até o acampamento, afinal, o objetivo era a conquista da terra e não o confronto com a população local. Inclusive, como destaca Fernandes (2000), a conquista da terra é o objetivo final da luta dos camponeses do MST.

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2000, p. 61).

Consolidada a ocupação, o movimento passa a preocupar-se com a organização interna do acampamento. Nesse sentido, os trabalhos de base são essenciais, pois a formação dos camponeses é importante para auxiliá-los a compreender o sentido da luta do MST. No caso em questão, a formação aconteceu por meio de palestras, reuniões e eventos organizados pelo movimento. A formação é necessária, uma vez que parte das famílias que integravam o MST e participaram da ocupação não conheciam as contradições da questão agrária brasileira, apenas foram para o acampamento para tentar acessar a terra.

Assim, o trabalho de base foi fundamental para auxiliá-los na compreensão da exclusão e dos bloqueios aos quais os camponeses estão submetidos. Sobre os trabalhos de base, Fernandes (2000) os corrobora ao afirmar que:

[...] os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui três dimensões. Uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos à revolta e à indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. Outra dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social (FERNANDES, 2000, p. 63).

Se decidir lutar pela terra não é tarefa simples, tampouco é fácil permanecer no acampamento. Afinal, as dificuldades enfrentadas estão situadas em todas as esferas da sobrevivência humana, especialmente na negação de direitos resguardados constitucionalmente.

Essas dificuldades vivenciadas durante o acampamento foram relatadas por todos os entrevistados. Cabe destacar algumas delas: a moradia precária em barracos de lona preta; as escolas que não aceitavam pessoas do acampamento, alegando que não faziam parte do município; a saúde, pois os postos negavam-se a atender as famílias acampadas, com o discurso de que só atendiam quem tivesse o título de eleitor vinculado a Quedas do Iguaçu; e o preconceito, visto que pessoas que não conheciam o movimento faziam comentários maldosos, dizendo que no acampamento só residiam bandidos e pessoas preguiçosas.

Tais aspectos não são exclusividade do caso em análise, pelo contrário, infelizmente são comuns aos acampamentos:

O acampamento é um momento transitório para se chegar ao assentamento, normalmente caracterizado por privações de toda ordem, como condições inadequadas de moradia, alimentação, saneamento, educação, segurança, enfim ingredientes indispensáveis à dignidade humana (ZENERATTI, 2014, p. 139).

No caso do município de Quedas do Iguaçu, há uma rejeição intensa ao MST. Em geral, a população local não aprova as ocupações de terra, marginalizando o movimento e seus integrantes. Essa rejeição tem, em parte, a falta de informação como fundamento, pois desconhecem que o MST ocupa terras cujos proprietários não garantam cumprimento da função social da terra, ou seja, que não respeitem, simultaneamente, os requisitos constitucionais de aproveitamento racional e adequado do solo, a preservação do meio ambiente, o respeito às relações legais de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar social.

A madeireira Araupel não comprou as terras ocupadas pelo movimento (ROOS, 2015), mas apropriou-se não apenas da terra como também de toda madeira que existia na área. Trata-se, em outras palavras, de terra grilada.

No modo capitalista de produção, a terra foi transformada em mercadoria, pois, embora não tenha valor, visto que não é fruto do trabalho humano, ela possui preço (KAUTSKY, 1980). Portanto o acesso à terra pela classe dos proprietários garante-lhes extração de renda fundiária. Sobre isso, Oliveira (2007, p. 66) afirma:

A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra.

A Araupel, ao acessar a terra por meio da grilagem, ou seja, da apropriação ilegal de terras públicas, fraudulentamente removeu o bloqueio que a propriedade privada impõe aos que pretendem obtê-la. No Brasil, esse acesso é legitimado pela compra, condição imposta originalmente pela Lei de Terras de 1850 (Lei 601) e que ainda prevalece.

Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Infelizmente, o caráter ilegal de obtenção das terras da empresa não é de conhecimento geral da população local. Se isso, por um lado, manifesta-se na desaprovação à ocupação das terras, por outro, legitima a repressão estatal, e privada, aos camponeses sem-terra. Segundo os entrevistados, a polícia atuou como agente repressor do movimento, fazendo-se presente nas proximidades do acampamento e transmitindo a imagem de fiscalização e monitoramento constantes das ações dos acampados. Os jagunços da madeireira atuaram de maneira ativa na repressão, por diversas vezes, proferindo ameaças de despejo aos camponeses.

Todo esse ambiente de insegurança não se restringiu ao espaço do acampamento, pois na cidade a manifestação de reprovação assume outro caráter. No comércio predominava o receio dos comerciantes em negociar com os acampados, dificultado o acesso a bens de consumo básicos, como alimentação e vestuário.

O acampamento é uma etapa na qual o acesso ao dinheiro é comprometido, pois ainda não há condições de os camponeses produzirem nas terras. Para contornar a falta de crédito no comércio local, as famílias estabeleceram um sistema de rodízio: uma parte permanecia no acampamento, enquanto a outra saía para trabalhar nos municípios vizinhos (por 30 dias); quando essas voltavam,

aquelas saíam. Com isso, havia certa entrada de dinheiro e a possibilidade de compras à vista na cidade.

Os camponeses também afirmam que criavam animais nas proximidades do acampamento para garantirem a alimentação das famílias, tais como: porcos, galinhas e gado. Além disso, cultivavam alimentos em uma horta, como alface, cebolinha, almeirão, couve, feijão, milho, entre outros.

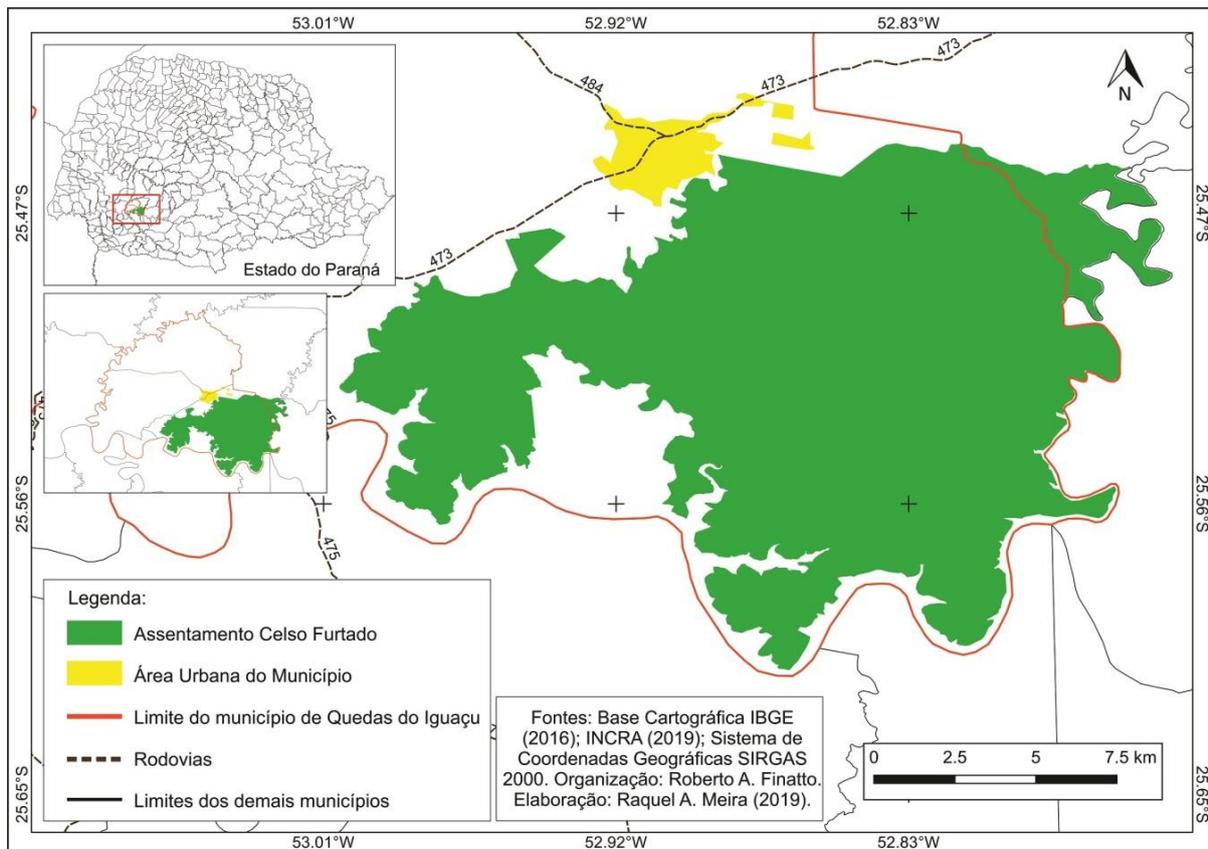
O período em que eu estive acampado foi difícil, eu e minha esposa tínhamos dois filhos pequenos para criar, então eu vendi uma casa que eu tinha na cidade de Nova Laranjeiras e comprei um caminhão, onde eu conseguia fazer alguns fretes e ganhar algum dinheiro para comprar alimentos. Tínhamos uma vaca onde minha esposa tirava leite apenas para nosso consumo, sempre tínhamos porcos para abater, fizemos uma horta e cultivávamos verduras. Não era fácil, passávamos necessidade de algumas coisas, mas alimento nunca faltou, até porque em um acampamento as famílias são unidas, estão sempre se ajudando, conheci muitas pessoas neste período e conservo amizades até hoje (Entrevistado 05).

Mesmo passando por dificuldades, as famílias entrevistadas afirmaram que o acampamento foi a única maneira de acessarem a terra. Esse é o propósito e o desafio da luta. Portanto a expectativa de quem enfrenta esse desafio, por vezes passando anos sob um barraco de lona preta, é conquistar a terra de trabalho, não exclusivamente como meio de produção, mas como lugar de vida, como destacam Santos e Teló (2011, p. 164):

Não obstante esta dimensão econômico-social das relações camponesas só adquire significado frente à dimensão simbólico-cultural produzida nos variados contextos de sua reprodução, cujo cerne se encontra na construção de uma visão distinta acerca do significado da propriedade da terra, concebida pelo camponês não apenas como um meio de produção, mas como fonte de vida.

No ano de 2004, depois de um processo árduo e longo de acampamento, que durou alguns anos – sete anos para as famílias da Bacia e três anos no caso dos camponeses do Silo – a área ocupada pelas duas sedes foi destinada à reforma agrária por meio de decisão judicial, dando início ao Assentamento Celso Furtado. A localização do assentamento pode ser identificada no Mapa 02.

**Mapa 02:** Localização do Assentamento Celso Furtado, município de Quedas do Iguaçu-PR



**Fonte:** Finatto e Meira (2019).

Nesse território foram assentadas 1.092 famílias (ROOS, 2015, p. 31), e a área total obtida pela luta foi de 23.733 hectares (ROOS, 2015, p. 178). Cada família foi contemplada com aproximadamente quatro alqueires e meio de terra, cerca de 10 hectares, que foram distribuídos por meio de dois sorteios. O primeiro sorteio foi para determinar as áreas aonde os grupos iriam, geralmente grupos de 50 famílias por área. O segundo aconteceu para sortear o lote de cada família. Nesse momento iniciou-se outro processo, no qual cada família seguiu para um lote, o que também não é expediente simples, pois não possuíam recursos monetários.

O primeiro objetivo, ou seja, a conquista da terra, foi alcançado. A segunda fase era garantir a permanência na terra. Para isso, os camponeses buscaram acesso a recursos financeiros para comprar ferramentas, investir na criação de gado de corte ou vacas leiteiras e cultivar alimentos. Entre 2006 e 2007 foram destinados dois recursos financeiros aos camponeses assentados, no valor de R\$2.400,00, provenientes do governo federal, por meio de carta de crédito para ser utilizado na aquisição de alimentos e ferramentas.

A partir de 2008, os assentados tiveram acesso ao crédito habitacional destinado à construção de moradias – cada família recebeu R\$15.000,00. Os camponeses entrevistados afirmam que o valor não foi suficiente para construir a casa, por isso, para concluírem as obras, foram necessários recursos próprios.

Ainda no ano de 2008, o Programa Luz para Todos atendeu à demanda do Assentamento Celso Furtado, significando mais uma conquista. Com acesso à energia elétrica, os camponeses passaram a resfriar ou congelar os alimentos. O que parece uma questão banal é, na verdade, considerada pelos entrevistados uma conquista de relevo, pois durante o período de acampamento o armazenamento dos alimentos não era possível.

A circulação de pessoas e produtos não foi menos importante na consolidação do assentamento. Para tanto, as estradas foram cascalhadas pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), com recurso do governo federal. Isso não significa, entretanto, que atualmente não haja problemas, pois a manutenção das estradas é condição essencial para mantê-las trafegáveis, principalmente em dias de chuva – e isso nem sempre é prioridade para o poder público local.

A partir do ano de 2010, os assentados tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com investimento no valor de R\$21.000,00, chamado de custeio, cujo recurso é destinado à compra de ferramentas, animais e benfeitorias para os lotes.

O acesso às políticas públicas proporcionou a superação das carências vividas até então no acampamento, embora seja evidente que o esforço das famílias trabalhando no lote contribuiu para isso. A materialização desse processo pode ser observada na Figura 01, que mostra a evolução da moradia de um dos entrevistados no Assentamento Celso Furtado.

**Figura 01:** Fotos da evolução da moradia no Assentamento Celso Furtado



**Fotos:** Acervo do Entrevistado 03.

Quanto à produção, com algumas dificuldades – uma vez que os lotes necessitavam de correção do solo (adubo e calcário) – e com os recursos que foram destinados, aos poucos as famílias conseguiram melhorar a produção. A partir de 2008, com o acesso à energia elétrica, uma parte dos assentados começou a produzir leite, que é destinado a empresas e cooperativas da região.

Cabe destacar que no assentamento prevalece a produção comercial leiteira e de grãos, contudo outras atividades complementares são desenvolvidas, possibilitando melhorias nas condições de vida dos assentados. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se: a horta, a criação de galinhas, peixes, porcos, entre outros animais, que geralmente são abatidos para o consumo da família.

Acessar a terra permitiu-lhes florescer um dos ingredientes da lógica camponesa: a produção para o autoconsumo articulada à produção comercial, característica típica da terra como meio de vida. Sobre isso, colaboram Paulino e Almeida (2010, p. 40), ao afirmarem que “[...] a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

Na Figura 02 é possível visualizar a produção comercial e a produção de autoconsumo em um dos lotes visitados.

**Figura 02:** Produção camponesa no Assentamento Celso Furtado, 2019



**Fotos:** Os autores (trabalho de campo).

A produção leiteira requer, além de trabalho, investimento financeiro para comprar resfriador, ordenhadeira, vacas leiteiras, construir estrebaria, formar pastagem, plantar milho e alimentar as vacas no inverno, com pouco recurso, os assentados levaram anos para se organizar. Para isso, contribuíram os recursos do PRONAF, visto que as famílias assentadas começaram a atividade com três ou quatro vacas, ordenhavam-nas manualmente em currais improvisados, mas com o tempo foram estruturando de maneira significativa a atividade leiteira no assentamento.

As conquistas na produção leiteira podem ser observadas no conteúdo de uma das entrevistas e por meio da Figura 03:

Eu e minha esposa temos dois filhos e, desde o período de acampamento, nosso sonho era ganhar a terra e ter algumas vacas de leite. Então, no início do assentamento, como nós não tínhamos condições financeiras para se estruturar, tínhamos quatro vacas que ordenhávamos manualmente, não tínhamos estrebaria, então quando chovia ficava ainda mais complicado por causa do barro. Com o tempo fomos nos organizando e compramos mais 5 vacas quando tivemos acesso ao Pronaf, e as vacas foram procriando. Não foi fácil, mas hoje temos ordenhadeira, transferidor, resfriador granel, estamos com 23 vacas na ordenha, ao todo são 44 cabeças, fizemos estrebaria e, atualmente, estamos entregando aproximadamente 10.000 litros por mês (Entrevistado 08).

**Figura 03:** Estrebaria para ordenha, 2019



**Foto:** Os autores (trabalho de campo).

Apesar das dificuldades, para os camponeses desse assentamento, e que viveram a experiência de passar pelo processo de acampamento, a consciência e o sentimento de conquista estão sempre presentes nas suas memórias e falas. Para os entrevistados, a vida atual no assentamento em nada se compara com a vida no acampamento, sob barracos de lonas. Atualmente, possuem a terra, conseguem produzir e obter renda.

No Quadro 01 é possível identificar o acesso à renda por parte das famílias entrevistadas. Por extensão, espera-se, por meio dessa tabela, demonstrar a melhoria na qualidade de vida dos assentados, pois no acampamento tais números eram impossíveis de serem pensados.

**Quadro 01:** Dados socioeconômicos dos camponeses entrevistados no assentamento Celso Furtado, 2019

Família entrevistada	Cidade de origem	Participou da ocupação	Tamanho do lote (hectares)	Principais fontes de renda	Renda média mensal da família, em reais
01	Marmeleiro (PR)	Sim	10,8	Plantio de grãos	3.000
02	Capanema (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira e professor	12.000
03	Foz do Iguaçu (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira e vereador	7.500
04	Nova Laranjeiras (PR)	Sim	12	Produção leiteira e caminhoneiro	3.000
05	São Jorge (PR)	Sim	13,2	Produção leiteira	7.000
06	Capitão Leonidas Marques (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira	3.000
07	Chopinzinho (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira	3.500
08	Chopinzinho (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira	3.000
09	Xanxerê (SC)	Sim	10,8	Produção leiteira	4.500
10	São João (PR)	Sim	10,8	Produção leiteira	3.000

**Fonte:** Os autores (trabalho de campo).

Além desses indicadores econômicos, os entrevistados destacaram uma conquista importante na área da educação, como a construção de uma escola, inaugurada em 2018, e que substituiu as instalações improvisadas construídas durante o acampamento. A escola atendeu, em 2019, 497 estudantes (VERDÉRIO; CLAUDIO, 2019, p. 247). A escola em questão é o Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, localizado no assentamento Celso Furtado (Figura 04).

**Figura 04:** Evolução da estrutura física do Colégio Chico Mendes.



Foto da escola improvisada em 2007.

Foto do Colégio Chico Mendes em 2019.

**Fotos:** Acervo do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.

Essas imagens (Figura 04) demonstram que a luta pela terra passa pela busca por condições econômicas indispensáveis para a viabilidade do assentamento e das famílias, mas também passa pela educação, entendida pelos assentados como essencial para o projeto de vida no campo.

Em síntese, é possível afirmar, a partir dos dados de campo, que a conquista da terra transformou a vida das famílias do Assentamento Celso Furtado. Afinal, como foi explicitado pelos camponeses, muitos deles não tinham condições de comprar sequer a lona para fazer o barraco durante o acampamento, mas, atualmente, desfrutam da segurança que o acesso à renda possibilita, resultado do trabalho familiar no lote.

A conquista da terra, no caso em análise, propiciou aos camponeses novos objetivos e conquistas a buscar, como ver os filhos no ensino superior, melhorar as estruturas de produção, fazer viagens para visitar parentes distantes, enfim, elementos que antes eram impensáveis. Talvez a maior conquista auferida por meio da territorialização camponesa tenha sido a liberdade de sonhar.

### **Alguns indicadores do impacto socioeconômico da reforma agrária no município de Quedas do Iguaçu**

A luta pela terra consolida-se com a territorialização dos camponeses. Longe desse processo desencadear apenas transformações sociais e econômicas ao campesinato em luta, ele é uma possibilidade de potencializar o desenvolvimento socioeconômico local. Por isso, há a necessidade de analisar os desdobramentos da formação do Assentamento Celso Furtado no município em que está localizado.

O município de Quedas do Iguaçu (PR) pertence à microrregião geográfica de Guarapuava e à mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, bem como faz parte do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Os territórios da cidadania são resultado de uma política pública que teve início no Paraná em 2008, com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade social. A Cantuquiriguaçu é composta por 20 municípios, todos com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual e nacional (KRAJEVSKI, 2018, p. 184). Portanto a pesquisa no Assentamento Celso Furtado apresenta-se como indispensável à tentativa de demonstrar em que medida a formação de assentamentos de reforma agrária podem potencializar o desenvolvimento socioeconômico e, por extensão, modificar a realidade local e regional.

Nesse sentido, cabe destacar alguns dados que indicam os impactos da reforma agrária no município de Quedas do Iguaçu. São indicadores que podem, inclusive, fornecer elementos para que a população local conheça o papel da luta contra o latifúndio.

O primeiro deles refere-se à estrutura fundiária. Os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2017 (IBGE, 2017) permitem identificar ampliação de 848% no número de estabelecimentos camponeses<sup>2</sup> em Quedas do Iguaçu, que passou de 320 unidades em 1995, para 3.034 em 2017. O estrato de área acima de 1.000 hectares apresentava apenas uma unidade em 1995 e permaneceu com o mesmo número em 2017. A Tabela 01 expressa claramente esse movimento.

**Tabela 01:** Número dos estabelecimentos agropecuários (Unidades) em Quedas do Iguaçu-PR

	<b>1995</b>	<b>1995</b>	<b>2017</b>	<b>2017</b>
	Número	%	Número	%
Menos de 50 hectares	320	81,22	3.034	96,62
De 50 a menos de 200	61	15,49	81	2,59
De 200 a 1000	12	3,04	24	0,76
Acima de 1000 hectares	1	0,25	1	0,03
Total	394	100	3.140	100

Fonte: IBGE (2017).

No que se refere à área dos estabelecimentos, o estrato com menos de 50 hectares apresentou crescimento de 14,4% no período analisado, passando de 26.567 hectares para 30.394 hectares. Na Tabela 02 é possível observar esses números:

**Tabela 02:** Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) em Quedas do Iguaçu-PR

	<b>1995</b>	<b>1995</b>	<b>2017</b>	<b>2017</b>
	Número	%	Número	%
Menos de 50 hectares	26.567	28,44	30.394	37,72
De 50 a menos de 200	15.439	16,52	7.599	9,43
De 200 a 1000	15.750	16,86	6.179	7,67
Acima de 1000 hectares	35.674	38,18	36.398	45,18
Total	93.430	100	80.570	100

Fonte: IBGE (2017).

Os dados contidos nas Tabelas 01 e 02 possibilitam identificar a ampliação do campesinato no município, tanto em número quanto em área. Esses dados contrastam com os do estado do Paraná, onde se identifica o fracionamento da propriedade camponesa, ou seja, aumenta o número de estabelecimentos ao mesmo tempo em que reduz a área. No estado, o estrato de área de até 50 hectares apresentou queda em área de 27,2%, passando de 4.424.899 hectares, em 1995, para

<sup>2</sup> Na pesquisa, os estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares foram considerados unidades camponesas. Essa definição tem como base a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) que limita os estabelecimentos familiares em quatro módulos fiscais, que, na área de estudo, representa uma área média de 80 hectares. Portanto essa delimitação possibilita identificar com certa segurança o estrato de área onde predominam as unidades camponesas.

3.220.614 hectares em 2017. Entretanto, no que se refere ao número de estabelecimentos, no Paraná houve significativo aumento, passando de 74.153 para 259.195, crescimento de 249,5%.

Os dados também demonstram que o latifúndio permanece no território, afinal, em Quedas do Iguaçu apenas um estabelecimento detém 45,1% das terras. Além disso, apesar da política de criação de assentamentos rurais<sup>3</sup> em curso no município, o latifúndio tem ampliado sua extensão, pois passou de 35.674 hectares em 1995, para 36.398 hectares em 2017, representando um crescimento de 724 hectares.

Em última análise, é possível evidenciar que a criação de assentamentos de reforma agrária certamente foi fator essencial para a ampliação do campesinato em Quedas do Iguaçu. A partir desse processo, outros desencadeiam-se e refletem-se em indicadores importantes, como o IDH e a renda das famílias, além de possibilitarem a permanência da população no campo.

Por meio dos dados referentes ao IDH do município, é possível visualizar uma mudança relevante no indicador, representando melhora, dado que passou de 0,593 em 2000, para 0,681 em 2010, uma elevação de 14,83% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Certamente, essa variação permite inferir sobre a criação do Assentamento Celso Furtado, em 2004, como seu fator potencializador. Mas também revela que o IDH do município é inferior à média do estado do Paraná, que em 2010 foi de 0,749.

No tocante à população, entre 2000 e 2010 a população de Quedas do Iguaçu cresceu a uma taxa média anual de 1,13%, enquanto no Brasil houve aumento de 1,17% no mesmo período. Na década em questão, a taxa de urbanização do município passou de 71,72% para 68,57%.

Para que se compreenda a dinâmica do crescimento populacional no município de Quedas do Iguaçu, grande parte em decorrência da instalação do Assentamento Celso Furtado, o Quadro 02 expõe os dados populacionais e mostra as variações no período entre 1991 e 2010.

**Quadro 02:** População e variação populacional, em Quedas do Iguaçu/PR

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	23.522	100,00	27.364	100,00	30.605	100,00
População urbana	14.822	63,01	19.626	71,72	20.987	68,57
População rural	8.700	36,99	7.738	28,28	9.618	31,43

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

<sup>3</sup> No município de Quedas do Iguaçu, além do Assentamento Celso Furtado, há o Assentamento Rio Perdido, que possui 60 famílias assentadas (ROOS, 2015, p. 149) e tem uma área total de, aproximadamente, 1.200 hectares. Foi criado em 1987.

Observa-se que, entre 1991 e 2000, houve diminuição da população rural no município, que caiu de 8.700 habitantes em 1991, para 7.738 no ano 2000, representando uma queda de 11,05%, mesmo com o crescimento do número total de habitantes do município. No período seguinte, entre 2000 e 2010, houve crescimento populacional significativo no espaço rural, representando 24,29%.

Cabe destacar ainda, que observando-se os dados do IPARDES (2010), é possível interpretar que houve decréscimo populacional no estado do Paraná no que se refere à população rural no mesmo período, nesse caso a queda foi de 1,48%. Como visto anteriormente, em Quedas do Iguaçu o que se identificou foi exatamente o contrário, houve crescimento da população rural.

Isso permite entender que o processo de reforma agrária, sustentada por meio da criação de assentamentos rurais, contribuiu para a elevação do número de pessoas no campo. Afinal, somente o Assentamento Celso Furtado possui 1.092 famílias assentadas. São dados que colaboram para confirmar a tese da importância da reforma agrária para manter as pessoas no campo.

Outra questão importante a ser considerada é o acesso à renda. A renda per capita média de Quedas do Iguaçu cresceu 155,41% nas últimas duas décadas, passando de R\$229,78 em 1991, para R\$442,64 em 2000, e para R\$586,88 em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,06%. A taxa média anual de crescimento foi de 7,56% entre 1991 e 2000, e de 2,86% entre 2000 e 2010.

Como pode-se observar no Quadro 03, comparando com a renda per capita do estado do Paraná, que apresentou crescimento de 102% nesse mesmo período, Quedas do Iguaçu teve um crescimento acima da média do estado, afinal cresceu 155,41%.

**Quadro 03:** Renda, Pobreza e Desigualdade

<b>QUEDAS DO IGUAÇU</b>			
Ano	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita	229,78	442,64	586,88
% de extremamente pobres	27,11	14,35	12,23
% de pobres	54,36	33,38	20,83
Índice de Gini	0,57	0,64	0,58
<b>PARANÁ</b>			
Ano	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita	439,09	638,27	890,89
% de extremamente pobres	12,57	6,08	1,96
% de pobres	32,57	18,90	6,46
Índice de Gini	0,60	0,60	0,53

**Fonte:** Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Em Quedas do Iguaçu, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00, passou de 54,36% em 1991, para 33,38% em 2000, e para 20,83% em 2010, ou seja, aconteceu uma queda de 62% no índice entre 1991 e 2010. No Paraná, o número de pessoas pobres entre 1991 e 2010 também diminuiu, visto que no estado a queda foi 61%, decréscimo semelhante ao identificado no município.

Esses dados refletem-se no Índice de Gini<sup>4</sup>, que apresentou melhora nos últimos anos no município. Considerando-se esse índice para mensurar a evolução da desigualdade de renda, é possível constatar uma pequena melhora no indicador, que passou de 0,64 em 2000, para 0,58 em 2010. Isso indica que aconteceu um processo de desconcentração de renda, embora ainda prevaleça a concentração como regra, pois os 20% mais ricos detêm 60,9% da renda total do município (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Os números apresentados a partir de alguns indicadores escolhidos demonstram que, no município de Quedas do Iguaçu, após a criação do Assentamento Celso Furtado, desencadeou-se um processo de modificação da estrutura socioeconômica. O alcance e a duração dessas mudanças ainda precisam ser analisadas, contudo a pesquisa no assentamento demonstrou a necessidade do estudo sobre os impactos da reforma agrária na escala local e as potencialidades desencadeadas a partir da territorialização do campesinato.

### **Considerações finais**

A pesquisa em questão possibilitou identificar que a luta pela terra tem sido, no Brasil, o caminho encontrado por uma fração do campesinato para acessar a terra de trabalho. Trata-se de retirar da invisibilidade a formação territorial excludente aos camponeses, cujo cerne é o monopólio de classe sobre a terra.

Os camponeses organizaram-se na luta. Um modo de expressão disso foi a formação de movimentos socioterritoriais, entre eles, o MST, que, no processo de espacialização e territorialização (FERNANDES, 1996), possibilitou conquistas importantes aos camponeses, como a formação de assentamentos.

A territorialização dos camponeses em Quedas do Iguaçu (PR) teve no processo de luta o seu principal sustentáculo. A ocupação da terra grilada pela madeireira Araupel colocou em evidência a posse ilegal de terra pública, resultando, em 2004, na desapropriação de parte das terras ocupadas pela empresa (ROOS, 2015, p. 178).

---

<sup>4</sup>O índice de Gini é utilizado para calcular o nível de concentração de renda, nessa escala 1 representa concentração absoluta.

A formação do assentamento precedeu de intensa luta no acampamento, onde direitos básicos como acesso à saúde, alimentação e moradia foram negados aos camponeses. Além disso, houve oposição da população local, que não legitimava a ocupação do latifúndio, pois as informações eram obscurecidas pela própria empresa e pelos poderes públicos locais, levando a população a acreditar que se tratava de ocupação de terra produtiva.

Com a concretização do Assentamento Celso Furtado, os camponeses puderam, paulatinamente, superar os limites enfrentados durante o acampamento. Passaram a viver e produzir em seus lotes, e as políticas públicas tiveram grande importância nesse sentido. Afinal, o acesso ao crédito possibilitou-lhes investir na construção de moradias, na aquisição de vacas leiteiras e na produção em geral.

O assentamento como expressão da territorialização dos camponeses configura-se como um duro golpe ao latifúndio, refletindo-se no desenvolvimento socioeconômico da região. Os dados analisados permitiram identificar, no que se refere à estrutura fundiária, que no município de Quedas do Iguaçu houve ampliação do número e da área dos estabelecimentos camponeses, assim como identificou-se melhora no IDH, na renda das famílias e no aumento da população rural.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa que subsidiou este artigo foi capaz de identificar que o acesso à terra é condição primordial para que os camponeses busquem outras conquistas, tais como: acesso à renda, estradas, energia elétrica, alimentação, educação e produção. São elementos elencados pelos entrevistados como essenciais para a consolidação do assentamento, ou seja, para a territorialização dos camponeses. Além disso, a reforma agrária possibilita o desenvolvimento socioeconômico local, beneficiando não somente os camponeses assentados como a sociedade em geral.

## Referências

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Perfil: Quedas do Iguaçu, PR*, 2013. Disponível em: ([http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/quedas-do-iguacu\\_pr](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quedas-do-iguacu_pr)), data de acesso: 05 de novembro de 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Revista NERA. n. 6, p. 14-34, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Movimento social como categoria geográfica*. Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.
- \_\_\_\_\_. *MST, formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FINATTO, Roberto Antônio; MEIRA, Raquel A. *Mapa de Localização do Assentamento Celso Furtado*, 2019.
- FOLLMANN, Jessica Aparecida de Avila; ROOS, Djoni. *O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR*. Revista NERA, v. 23, n. 53, p. 216-237, maio/ago., 2020.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agropecuários*. 2017. Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>), data de acesso: 20 de maio de 2020.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária*. 2017. Disponível em: (<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>), data de acesso: 12 de maio de 2020.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Taxa de crescimento populacional – Paraná*. 2010. Disponível em: ([http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&sistemas=1&cod\\_sistema=5&grupo\\_indic=2](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=2)), data de acesso: 21 de março de 2020.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KRAJEVSKI, Luis Claudio. *A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau, 2018. 434 f.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labor, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROOS, Djoni. *Contradição na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistência*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2015. 390 f.
- SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. *Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu*. NERA. Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 39-61, jan./abr., 2018.
- SANTOS, Anderson Luiz Machado dos; TELÓ, Fabrício. *O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida*. Agrária. São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.
- SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- VERDÉRIO, Alex; CLAUDIO, Fabiana Gonçalves de Souza. *A Política Pública de Educação do Campo e o Delineamento da Escola do Campo: a Trajetória do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes*. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 14, n. 38, p. 235-252, set./dez. 2019.
- ZENERATTI, F. L. *A atualidade da luta camponesa na mesorregião Noroeste do estado do Paraná*. Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 126-144, jul./dez. 2014.